

Métodos e técnicas para estudar textos: mapeamento e estudos de referência

Anabela Carvalho e Zara Pinto-Coelho*

*As autoras contribuíram em igual medida para a preparação deste capítulo.

carvalho@ics.uminho.pt; Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

zara@ics.uminho.pt; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Capítulo em livro:

Marinho, S. & Gonçalves, J. (orgs.) (no prelo) *Metodologias de Investigação em Comunicação*

Introdução

Embora o termo “texto” possa ser entendido de forma lata, integrando diferentes recursos semióticos, este capítulo toma o conceito de “texto” essencialmente como linguagem verbal, e como um artefacto que pode ser lido, ouvido e interpretado. As abordagens aqui discutidas são simultaneamente lentes e ferramentas para análise do texto e, como tal, as opções a fazer devem resultar de uma ponderação cuidada das suas características, potencialidades e limites. A análise de textos é problematizada neste capítulo no quadro da investigação social, e não (tanto) pensada de um modo meramente formal ou descritivo. Como tal, métodos e técnicas de análise de textos não são dissociáveis de problemáticas e objetivos de investigação. O texto é a matéria e o recurso através do qual os investigadores inferem respostas para as suas perguntas de investigação.

As abordagens selecionadas para este capítulo são quatro: análise de conteúdo; análise de *frames/framing*; análise de narrativas; e análise crítica de discurso. Trata-se de abordagens com uma vasta utilização nas Ciências da Comunicação (e noutras Ciências Sociais) e que, embora por vezes apresentem pontos de contacto entre si, são claramente diferenciadas. De seguida, apresenta-se, de forma introdutória, cada uma dessas abordagens.

A análise de conteúdo (AC) tem uma longa tradição e continua a ser hoje uma das técnicas de análise de dados mais usadas na investigação empírica realizada pelas Ciências da Comunicação, em particular a referente ao campo dos média (Lovejoy, Watson, Lacy & Riffe, 2014). A AC engloba uma grande diversidade de técnicas e funciona muitas vezes como expressão ‘guarda-chuva’ para todas as abordagens tratadas neste capítulo.

Tratando-se da comunicação humana, o material textual é percebido como estando ligado a uma situação particular de comunicação e, enquanto tal, abordado como expressão da mesma. Tal pressupõe que a AC não é (ou não deve ser) usada só e apenas para tirar conclusões acerca dos textos em si mesmos, mas antes para responder a questões acerca do processo de comunicação. Como afirmado no capítulo 9, a finalidade da AC é fazer inferências de conhecimentos relacionados com a fonte (causas ou antecedentes da mensagem) e com o recetor (possíveis efeitos da mesma). A natureza do conteúdo que a análise dos textos visa revelar não é linguística ou formal, mas extralinguística (e.g. sociológica, psicológica, política). Para chegar a este tipo de conteúdo, a que Bardin chama de “uma outra significação”, “um sentido que se encontra em segundo plano” (1979, p. 41), a via são, como referido acima, os textos.

Os termos *frame* e *framing* são amplamente utilizados em várias áreas disciplinares, como a sociologia, a psicologia social, os estudos políticos e a linguística, com sentidos muito diversos. No início do século XXI, Bryant & Miron (2004) identificaram um claro aumento da utilização da teoria de *framing* nos estudos de comunicação e o emprego dos termos *frame* e *framing* em análises de textos acentuou-se enormemente desde então (Vliegenthart & van Zoonen, 2011). A popularidade destes conceitos (e de abordagens analíticas com eles relacionadas) na investigação recente justifica, por si só, a sua inclusão neste capítulo. Mais importante, porém, é o facto de eles remeterem para uma questão básica nas ciências da comunicação: como se dá sentido ao mundo? Ou seja, como organizamos mental e discursivamente a realidade? Como interpretamos situações complexas e decidimos o que está em causa, o que importa, o que conta? No campo da comunicação e do estudo dos media, a análise de *frames* é utilizada para desconstruir os processos envolvidos num *frame*, ou seja, num enquadramento simbólico (Kitzinger, 2007). O analista pode perguntar: como é que o jornalista abordou um determinado assunto? Como é que o problema, as suas causas e

soluções são apresentadas? Que perspectivas alternativas teriam sido possíveis? Como veremos, a análise de *frames* pode ser muito útil mas, como referem Pozobon & Schaeffer (2015, p. 120), a “indefinição conceitual e falta de sistematização metodológica das pesquisas” são pontos críticos deste tipo de abordagem.

A partir dos anos 70-80 do século XX, acompanhando uma maior orientação qualitativa nas ciências sociais, a atenção às narrativas cresceu significativamente. Da mesma forma que outras abordagens exploradas neste capítulo, também a investigação sobre narrativas tem sido desenvolvida no quadro de diversas correntes teóricas e disciplinares, tais como os estudos literários, a antropologia, a sociologia, a psicologia, as ciências cognitivas, a sociolinguística, os estudos fílmicos, etc. A ‘viragem narrativa’ nas ciências sociais no final do milénio (Czarniawska, 2005) significou não apenas um interesse acrescido por textos narrativos, mas também o desenvolvimento de modos de investigação focalizada nas experiências dos sujeitos sociais em questões como as migrações, o desemprego, as desigualdades, etc., bem como no modo de construção de sentidos por parte desses sujeitos. Nesta linha, uma entrevista, por exemplo, deixaria assim de ser um instrumento para aceder a informação para se tornar num processo de formulação de uma estória sobre si mesmo e sobre outros. Ao longo deste capítulo, vai-se procurar clarificar vários aspetos do estudo e análise de narrativas, sobretudo como abordagem distintiva na análise de textos, que, ao contrário de outras abordagens discutidas no capítulo, só é aplicável a textos que tenham uma forma narrativa, ou seja, que se estruturam em torno de *sequências* e *consequências* de eventos, criando efeitos de sentido particulares (Sage, 2017).

A análise do discurso enquanto área de investigação é também um espaço muito heterogéneo, onde convergem diferentes preocupações teóricas e tradições científicas, provindas de diversos quadrantes das Ciências Humanas e Sociais. Os modos de interrogar, abordar e analisar o discurso expressam, de formas significativas, esta inflexão disciplinar, contribuindo para enriquecer o campo em termos conceituais e instrumentais, ao mesmo tempo que o tornam um terreno polémico, de competição entre diferentes abordagens, escolas e práticas analíticas. Para este capítulo interessa a investigação empiricamente orientada, que trabalha com *corpora* de material autêntico, quer dizer, com exemplos de usos da linguagem em situações ‘reais’ ou ‘naturais’, por exemplo, notícias em jornais com linhas

editoriais específicas, ou artigos em revistas com características particulares. A preocupação com a autenticidade dos dados pressupõe uma visão da linguagem e dos seus usos como estando orientados para a ação e como inscritos em eventos comunicativos ou em sequências de interação social e culturalmente situadas. A investigação desenvolvida sob esta visão assume que ao escrever ou falar não estamos apenas a falar sobre alguma coisa ou a referir-nos a algo, nem realizamos apenas os atos de falar ou escrever mas que, ao fazê-lo, realizamos vários tipos de ações comunicativas (não apenas a de informar), mais ou menos diretas, cuja adequação e relevância social só podem ser compreendidas interpretando-as como inseridas em sequências de interação e práticas sociais e como estando orientadas *para*, ou sendo governadas *por*, a natureza da situação social em que têm lugar, ou seja, pelo contextos dos usos linguísticos.

Em todas as abordagens e opções analíticas, há vantagens e desvantagens, ou potencialidades e limites. Em todas as formas de análise de textos, o recurso à medida, ou seja, a técnicas de quantificação, é, a vários níveis, redutor; por outro lado, uma abordagem qualitativa 'profunda' pode produzir análises muito ricas, mas é limitada em termos de abrangência de dados e da identificação de padrões facilmente 'demonstráveis'. Como responder a estes desafios? A resposta não é linear. Em cada estudo, o investigador deverá definir claramente o problema de investigação e fazer opções que assegurem coerência (teórica, epistemológica) e produtividade (sobretudo a nível metodológico) (ver capítulos 1 e 2 neste livro).

14.1 Análise de Conteúdo

14.1.1 Enquadramento teórico e epistemológico

Se a análise do texto pode seguir várias direções e objetivos, ancorada em perguntas relativas ao processo da comunicação, que relação há entre o texto e os outros elementos do processo de comunicação e como é que através do texto chegamos aos conteúdos que importam, os que darão resposta à pergunta de investigação?

A forma clássica de estruturar o leque de perguntas a que uma AC pode responder, usada pelos fundadores desta técnica (Berelson, 1952) e parafraseada em manuais mais recentes

(Neuendorf, 2002/2017, p. 52), poderá ajudar-nos a responder àquelas questões. Trata-se da fórmula proposta em 1946 por Harold Lasswell, figura crucial no desenvolvimento da AC, para descrever um ato de comunicação, QUEM diz O QUÊ, através de que meio, a QUEM e com que EFEITO, sendo os elementos graficamente assinalados aqueles que têm suscitado um maior interesse entre os investigadores.

Como é sabido, esta fórmula de Lasswell está em ligação estreita com outros modelos de comunicação dominantes na pesquisa da época, a saber, o da Teoria Matemática da Informação de Shannon e Weaver (1949) e o chamado Modelo Hipodérmico da Comunicação (Wolf, 1987). A esta luz, a comunicação é entendida como “transporte de significações de um emissor para um recetor” (Bardin, 1979, p. 32), ou como transporte de um conteúdo que um emissor passa para um recetor, através de um meio ou canal, com o objetivo de produzir um determinado efeito.

Esta conceção reenvia-nos para uma segunda aceção do termo conteúdo: as significações *pretendidas* pelos emissores nos seus textos e as *recuperadas* pelos recetores. Como se chega a esse conteúdo? Entendido como sendo partilhado entre os participantes, incluindo por quem faz uma AC, e, portanto, como sendo de sentido único e determinado pela intenção do emissor, funcionando o recetor como um espelho daquele, esse conteúdo poderá ser recuperado a partir do que está nos textos, das características dos mesmos. Por ser visto como algo inerente aos textos, é passível de ser descrito de uma forma exata através de operações de “recorte, agregação e enumeração”, executadas de forma sistemática e segundo regras precisas definidas a priori (Bardin, 1979, p. 103), um rigor que torna possível a intersubjetividade (se não a objetividade) dos procedimentos e visa assegurar a fidelidade da codificação. Neste entendimento, o conteúdo, ou o que um texto significa, é o que o texto em si mesmo significa (ou seja, o que o texto significa é visto como estando contido no texto). Essa significação é (vista como) algo de objetivo e estável, uma entidade que existe de forma independente e, como tal, passível de ser apreendida diretamente pelo analista. Nesta aceção, o termo conteúdo refere-se ao significado semântico do texto, visto como sendo recuperável a partir das “significações manifestas” ou da “superfície dos textos” (Bardin, 1979, pp. 4; 153), quer dizer, do significado tal como codificado nas formas léxico-gramaticais ou palavras. Trata-se do conteúdo que responde às perguntas: sobre que fala este texto? Que significação contém?

Temos, assim, no conteúdo três dimensões: (a) o conteúdo que não é dito, mas que os textos ajudam a revelar e que constitui aquilo que queremos investigar e tem uma natureza não linguística; b) o conteúdo pretendido, que remete para um sentido estável e unívoco, conferido pelo emissor no ato de produzir textos; (c) o conteúdo “contido” nas unidades de registo, que correspondem aos segmentos de conteúdo a considerar como unidades de base, visando a categorização e a contagem frequencial (Bardin, 1979, p. 104).

Neste tríplice, (c) funciona como prova e simultaneamente como base para inferir (b) e constitui o material, ponto de partida e indicador a partir qual o conteúdo que importa (a) (de natureza sociológica, psicológica, política), relativo ou ao emissor ou ao recetor, ou seja, a informação de que precisamos para responder às perguntas de investigação, é inferida. Dada a regra da objetividade, as inferências feitas a partir de (c) têm como base indicadores de frequências, ou indicadores combinados (e.g. coocorrências, ausências), material a partir do qual “se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos” (Bardin, 1979, p. 22).

Este entendimento permite ao analista dissociar a inferência acerca dos “efeitos ou causas” dos textos do seu trabalho de descrição, como se aqueles fenómenos de interesse fossem premissas seguras e imutáveis que apenas coexistem com a informação retirada dos textos. Quando o analista trabalha o conteúdo verbal, ou o que é dito no texto, no quadro deste entendimento, vê o texto como reproduzindo, retratando ou refletindo, com maior ou menor fidelidade um mundo ou fenómeno que se passa noutro cenário, noutro espaço (sociológico, psicológico, político) e a linguagem como o instrumento (mais ou menos adequado) de expressão desse real, mas que dele não faz parte nem dele precisa para funcionar, uma vez que é vista como um sistema formal, autónomo, fechado e estático, de natureza essencialmente referencial.

Tais crenças possibilitam ao analista colocar-se numa posição de exterioridade face a realidades (texto + “condições de produção/receção”) supostas funcionarem por si mesmas e de forma independente das assunções que faz acerca delas e dos propósitos com que as maneja, condição necessária para assegurar a replicabilidade e estabilidade da análise em circunstâncias diferentes.

Este conjunto de assunções está na base da imagem da AC como uma técnica de análise de textos que se inscreve no “método científico” (Neuendorf & Kumar, 2015, p. 2.). Enquanto tal, segue um conjunto de procedimentos técnicos que visam assegurar a validade e a

fidelidade (ou confiabilidade) da estratégia escolhida para a análise, assim como atender a padrões de objetividade/intersubjetividade e de generalização.

Em suma, a AC é um procedimento hermenêutico (Kuckartz, 2019) estandardizado de interpretação de textos, destinado a desestabilizar a inteligibilidade imediata da superfície dos textos, mostrando em oposição características latentes e, logo, presentes de forma oculta. Mas, face a essa tradição, cuja herança é reconhecida também por outros proponentes da AC de pendor qualitativo (Mayring, 2014), reivindica um lugar particular — “o desejo de rigor” — pois, como refere Bardin, o interesse interpretativo é guiado “por processos técnicos de validação” (1979, pp. 14; 28).

14.1.2. Pressupostos, forças e limitações

A AC foi ganhando ao longo dos tempos uma maior flexibilidade como técnica de investigação, atestada pela diversidade das práticas atuais, que combinam quadros quantitativos com qualitativos e vice-versa (Franzosi, 2004), e pela inovação relativa a instrumentos de quantificação (Lewis, Zamith & Hermida, 2013), à análise qualitativa da informação (Mayring, 2014; Schreier, 2012), à combinação de dados obtidos através da AC com outros dados sobre o emissor ou o recetor (denominada *abordagem integrativa*, Neuendorf & Kumar, 2015, p. 3) para validar resultados, e à inclusão de material visual (Bell, 2001).

A AC integra um conjunto variado de técnicas, desde a mera contagem de palavras, à análise sintática básica, à referencial, proposicional, temática (que é das mais usadas – ver capítulo 10) (Krippendorf, 1980/2004, pp. 60-63) e à análise estrutural da narrativa (Franzosi, 2004), entre outras. Cada técnica que a AC integra tem as suas forças e fraquezas e campos de aplicação. Por exemplo, a análise referencial, com ênfase na relação entre atores, eventos, objetos e a sua representação, positiva, negativa, etc., e a análise temática têm uma aplicação mais geral do que a análise estrutural da narrativa, só aplicável a textos narrativos como, por exemplo, as notícias. Diferentes técnicas servem diferentes propósitos. A análise temática serve para mostrar o conteúdo básico de um texto; a referencial, estando mais centrada na forma do que no conteúdo, serve para mostrar como um ator, evento ou situação foi retratado num texto, enquanto que a análise da narrativa, que mostra quem fez o quê a quem

e porquê, poderá servir para revelar a rede de relações sociais em que os atores estão inseridos (Franzosi, 2004, p. 559).

Na AC aplicada aos média, o propósito mais comum tende a ser de natureza descritiva, de identificação de padrões, tendências e mudanças no conteúdo ou retratos, olhando para jornais, televisão, internet, publicidade ou notícias, sobre saúde, política, género, raça, etc. Sendo descritiva a natureza da AC, não é de admirar, portanto, que assim o seja. Mas, como se disse antes, tal não tem significado o descurar da procura de outro tipo de respostas, como as que giram em torno do *como* ou do que *vai com o quê* ou do que *não é dito* e até mesmo do *porquê* (Mayring, 2004). Certo é que nem os números, nem os textos, falam por si mesmos e a sua significação varia inevitavelmente. Não basta afirmar que se identificou os temas que integram a cobertura jornalística de um determinado assunto ou que se descobriu como um determinado grupo é retratado ou que há jornais que são mais sensacionalistas do que outros. É necessário explicitar os contextos “que se trazem para a análise, de quem são as leituras que se fazem, que processos e normas levaram às conclusões e que visões do mundo estão em causa” (Krippendorff, 1980/2004, p. 29). A AC não pode ser usada como se refletisse de forma a-teórica ou a-problemática o mundo social ou ideológico fora do contexto particular do meio estudado. Por muito que se procure objetivar os contextos (relativos ao meio escolhido e ao mundo projetado pelos textos) em que se procura dar sentido aos textos, e se recorra a números para reforçar a impressão de objetividade, não se pode negar o interesse e a “participação concetual do analista na construção dos mesmos” (Krippendorff, 1980/2004, p. 28), inclusive nas análises de natureza indutiva. A explicitação desses contextos ajuda a compreender a lógica que o analista segue para estabelecer relações entre os textos e as inferências que faz. O rigor procurado na codificação e categorização do material textual, bem como toda a ênfase posta em fórmulas de fiabilidade entre codificadores e meios de amostragem, não devem ser confundidos com rigidez (Franzosi, 2008, xl) e sobretudo com falta de consciência acerca do papel do analista em todo o processo, incluindo no que está por detrás da contagem (a classificação dos dados). Importa reconhecer, portanto, a natureza provisória e condicionada — pelos quadros teóricos e metodológicos — das respostas encontradas.

A AC oferece várias técnicas, mas não é um *pass-partout*. O procedimento a seguir depende da pergunta de investigação formulada e da qualidade do material em causa. O lema “primeiro quantitativo e depois qualitativo” não dá conta da diversidade de combinações

possíveis e realizadas nas práticas da AC atual. A força desta técnica reside na possibilidade que oferece de quantificar grandes quantidades de dados qualitativos e de identificar padrões nos dados, uma força que se tornou ainda maior na era da *big data*. Mas que sentido dar a esses padrões fora de uma problemática? Para investigadores da comunicação, o interesse não está nem nos números, nem nas palavras *per se*, mas no estudo da comunicação humana e da sua significância social, política e cultural.

14.1.3 Mapeamento de estudos de referência

Uma coletânea de textos que fornece uma visão compreensiva da evolução da AC e das suas aplicações, com textos históricos fundamentais para o desenvolvimento e consolidação da técnica, bem como um vasto e diversificado conjunto de aplicações de referência da AC em vários campos.

Franzosi, R. (Ed) (2008). *SAGE benchmarks in social research methods: Content analysis* (4 Vol.). Sage.

Krippendorff oferece nesta obra uma visão global e histórica da AC, dos seus princípios fundamentais e problemas. Obrigatório ler a discussão em torno dos critérios de qualidade.

Krippendorff, K. (1980/2004). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage.

Dois manuais de referência, entre os quais o de Neuendorf, investigadora norte-americana das Ciências da Comunicação, que advoga a quantificação, e o de Bardin, da Psicologia Social, com uma proposta de análise qualitativa.

Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Ed. 70.

Neuendorf, KA. (2002/2017). *The content analysis guidebook*. Sage.

14.1.4 Literatura adicional

Da escola alemã, pouco divulgada em Portugal, três propostas de concetualização da análise qualitativa de conteúdo, iniciada por Kracauer (1952): por Kuckartz, cientista político, criador do software MAXQDA; de Mayring, psicólogo, um manual de referência publicado originalmente em 1983, defensor de uma versão híbrida, que propõe neste trabalho de 2014, entre outras coisas, uma forma de relacionar texto com contexto; e um manual de Margrit Schreier, útil para entender o processo de uma análise qualitativa.

Kuckartz, Udo (2014). *Qualitative text analysis: A guide to methods, practice & using software*. Sage.

Mayring, P. (2014). *Qualitative content analysis. Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-395173>

Schreier, M. (2012). *Qualitative content analysis in practice*. Sage.

Para uma discussão sobre os fundamentos e a evolução da análise qualitativa de conteúdo no contexto alemão e internacional, ver a introdução ao volume 20 desta revista.

Schreier, M.; Stamann, C.; Janssen, M.; Dahl, T. & Whittal, A. (2019). Qualitative content analysis: Conceptualizations and challenges in research practice -Introduction to the FQS special issue "Qualitative Content Analysis I". *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*,20(3). <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/rt/printerFriendly/3393/4505>

14.2 Análise de Frames/Framing

14.2.1 Enquadramento teórico e epistemológico

O uso do conceito de *frame* no campo da comunicação foi iniciado por George Bateson (1955), que, partindo de uma análise de brincadeiras entre macacos simulando luta, defendeu que uma mensagem só pode ser entendida por referência a aspetos meta-comunicativos ou contextuais, ou seja, no âmbito de um determinado quadro (*frame*) de sentido. Erving

Goffman é muitas vezes referido como o fundador do estudo de *frames*. Num livro com o título *Frame Analysis* (1974), Goffman desenvolveu uma análise dos processos de *framing* na interação social, procurando compreender como as pessoas atribuem significado a diferentes experiências (comunicativas) em função de determinados traços culturais (por exemplo, se usam um *frame* religioso ou laico na 'leitura' de uma situação). Goffman começa por postular que, sempre que confrontados com uma determinada situação, os indivíduos procuram organizar mentalmente - ou dar sentido - ao que observam. "O que é que se está a passar aqui?" (p. 8), perguntam, de forma mais ou menos consciente, procedendo à aplicação de um *frame*, um modelo interpretativo para 'definir' a situação. Enquanto quadros interpretativos que condicionam o sentido dos encontros – e desencontros – que temos no dia-a-dia, os *frames* influenciam as relações sociais. Como refere LittleJohn (1977), numa recensão da obra de Goffman, os *frames* operam essencialmente no domínio do simbólico. Ao interpretarem ativamente o que o outro diz ou faz, e ao 'apresentarem-se' de determinada forma perante o outro, os indivíduos procedem à 'manipulação simbólica' de determinados *frames* (por vezes, mesmo, com o objetivo de enganar ou iludir o outro). Seja a nível intrapessoal, seja a nível interpessoal, os *frames* estão, assim, ligados às práticas de comunicação.

Gitlin (1980) desenvolveu um dos primeiros estudos em que a noção de *frame* foi aplicada aos media. Numa investigação sobre um movimento estudantil de esquerda nos anos 60, Gitlin (1980) procurou compreender quais as 'definições dominantes' na sua cobertura pela imprensa norte-americana e concluiu que a mesma criava uma dicotomia simbólica entre 'moderados' e 'desviantes' (onde encaixava o movimento de estudantes). Gitlin (1980, p. 6) conceptualiza os *frames* como "princípios de seleção, destaque e apresentação compostos por pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece, e o que importa", ou seja, entende-os essencialmente como estruturas (hegemónicas) de sentido.

'Pacotes interpretativos' é a designação que Gamson e Modigliani (1987) deram aos dispositivos que consideram existir nas mensagens (mediáticas) e que conduzem as leituras das audiências. Símbolos, metáforas, imagens e outros elementos ligam-se à 'ideia central organizadora' que subjaz aos textos e criam efeitos de sentido sobre os temas e factos relatados. Por exemplo, a energia nuclear pode ser perspectivada numa ótica de progresso técnico e económico ou numa ótica de risco e segurança, entre outros *frames* possíveis.

O enquadramento (*framing*) envolve essencialmente seleção e saliência. Estes aspetos são centrais para a influente definição de Entman (1993): “Enquadrar (‘to *frame*’) é selecionar alguns aspetos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para a questão” (p. 52). Esta aceção associa ao *framing* importantes funções de sentido, na medida em que se refere à construção de uma definição, interpretação, avaliação e orientação quanto ao(s) facto(s) ou outro(s) dado(s) retratado(s).

Ao tirar uma fotografia, compomos sempre um *frame*, isto é, um foco, um ângulo, uma composição (o que é destacado e o que é secundarizado; o plano mais aberto ou mais fechado; o que fica na fotografia e o que fica de fora, etc). O *frame* é enquadramento e é também perspetivação (Carvalho, 1999). Do mesmo modo, ao comunicar através da linguagem verbal, fazemos escolhas sobre o que incluir, o que omitir, o que destacar, etc. Alguns autores consideram o processo de *framing* como discricionário, ou seja, seria algo que se pode fazer ou não – ou fazer em medidas diferentes – ao comunicar. Por exemplo, Reese (2001) considera que os analistas devem “perguntar quanto ‘*framing*’ é que existe” num determinado texto (p. 13). Outros autores, porém, vêem-no como inevitável: “qualquer representação da realidade envolve *framing*” (Kitzinger, 2007, p. 144). É este também o nosso entendimento: comunicar implica sempre escolher determinados aspetos/questões e ângulos de leitura/visão, e compor um texto com palavras e/ou outros recursos semióticos (Carvalho, 1999), ou seja, implica sempre a atividade de *framing*. Em síntese, portanto, em qualquer forma de comunicação há sempre processos de *framing* envolvidos. Tal não significa, porém, conceber que existem, necessariamente, *frames*, enquanto estruturas identificáveis de sentido, nos textos.

A análise de *frames/framing* não se centra apenas em textos (mesmo se entendendo o termo de uma forma ampla e incluindo nele formas de comunicação com diversos recursos semióticos). Trata-se, segundo D’Angelo (2002) de um ‘programa de investigação’ com vários objetivos inter-relacionados: identificar unidades temáticas em textos (*frames*); conhecer os fatores que precedem a produção de *frames*; compreender como os *frames* dos textos interagem com padrões cognitivos pré-existentes e a sua influência na interpretação,

avaliação e tomada de decisão; perceber como os *frames* impactam processos sociais, tais como a opinião pública e o debate de questões políticas (id., p. 873).

Os estudos de Gitlin e os de outros autores nos anos 70 e 80 procuravam relacionar os *frames* identificados nos textos noticiosos com o trabalho jornalístico, rotinas, pressões e valores dominantes. Por outras palavras, aspiravam a explicar o processo de *frame-building*, ou seja, o processo de construção dos *frames* mediáticos, e, nomeadamente, os fatores que influenciam a forma como os jornalistas perspetivam uma determinada questão (entre os quais se incluem, por exemplo, normas e valores sociais, constrangimentos organizacionais, e pressão de grupos de interesse). Conhecer a origem (ou fonte) dos *frames* (*frame sources*) e os promotores (ou defensores) dos *frames* (*frame sponsors*) e avaliar o seu papel na comunicação (a sua credibilidade, por exemplo) tem sido outro objetivo importante nalguma investigação.

Segundo Entman (1993), os *frames* têm, pelo menos, quatro 'localizações' distintas: o comunicador, o texto, o recetor e a cultura. Tal coloca, desde logo, a questão da definição e teorização: o que define estas estruturas ubíquas? Como veremos, são várias as respostas que têm sido dadas pelos investigadores.

Ao invés de os verem como entidades separadas, muitos investigadores consideram que os diferentes tipos de *frames* referidos acima se inter-influenciam. Como funcionam a nível individual e socialmente? É outra questão importante e que tem ocupado os estudiosos dos *frames*. Muita da investigação realizada nos EUA (em particular) enquadra-se no estudo dos chamados *framing effects*, ou seja, procura identificar os impactos dos *frames* encontrados em discursos, especialmente, discursos noticiosos ou discursos políticos (e.g. Rhee, 1997). Na linha da investigação anterior sobre *agenda-setting*, procura-se avaliar até que ponto os *frames* disseminados pelos media são 'transferidos' para os utilizadores/consumidores dos media (Pan & Kosicki, 1993). Como referem Vliegenthart e van Zoonen (2011), muita da investigação sobre os efeitos do *framing* confunde-se, como tal, com a investigação sobre os efeitos dos media.

A partir do que foi dito acima, torna-se evidente que a investigação que tem utilizado os termos *frame/framing* caracteriza-se por uma grande diversidade a nível de bases epistemológicas e referenciais teóricos. Em 1993, Robert Entman referiu-se ao *framing* como um 'paradigma fraturado', lamentando a dispersão conceptual e advogando a integração de diferentes conceções e abordagens num quadro unificador. Por contraste com esta posição,

pode-se argumentar que as diferentes tradições teóricas e epistemológicas existentes nesta área contribuem para enriquecer as análises de *frames/framing*, complementando-se entre si. Esta é, por exemplo, a perspectiva de Paul D'Angelo (2002), que defende que “não existe, nem deve existir um paradigma único de *framing*” e que a diversidade de teorias e paradigmas permitiu o desenvolvimento de uma visão abrangente dos processos de *framing* (p. 870).

Quais são esses diferentes paradigmas teóricos e epistemológicos em que assentam a análise de *frames/framing*? D'Angelo (2002) aponta três paradigmas sob os quais tem sido conduzida investigação sobre *frames/framing*: cognitivista, construtivista e crítico. O paradigma cognitivista focaliza-se nos *frames* individuais que moldam a forma como cada um interpreta nova informação. Considerando que o conhecimento e as concepções anteriores de cada pessoa são determinantes, vários autores defendem que, ao processarem novos dados, os indivíduos ativam informação anterior que permita dar sentido facilmente a essa nova informação. Os *schemata*, ou padrões cognitivos, são estruturas semânticas nodais organizadas através de conexões mais ou menos fortes ao nível da memória (Cappella & Jamieson, 1997) e pelo meio das quais os *frames* textuais são ‘lidos’. Pan e Kosicki (1993, p. 59) designaram os *frames* como “janelas cognitivas” através das quais ‘vemos’ o mundo. Do mesmo modo, a psicologia cognitiva demonstrou que as pessoas reagem de forma diferente em função dos *frames* utilizados nos textos e noutras formas de comunicação (Kahneman & Tversky, 1984) – por exemplo, os indivíduos tendem a ser mais adeptos de um aumento do financiamento estatal quando os destinatários são descritos como ‘pessoas pobres’ do que quando são ‘pessoas que recebem apoios sociais’.

As perspectivas construtivistas assentam na ideia que os *frames* textuais são importantes para o desenvolvimento de visões do mundo, mas, por contraste com as abordagens cognitivistas, focalizam-se na forma como os *frames* se desenvolvem nos processos de interação social e de socialização.

No quadro do paradigma crítico, vários investigadores têm mostrado como as notícias nos media são dominadas por *frames* promovidos pelas elites políticas e económicas. Nesta perspectiva, o discurso jornalístico prevalecente reproduz os valores dos mais poderosos e contribui para a manutenção do *status quo* e da hegemonia social. Por exemplo, na sua análise da cobertura noticiosa de dois incidentes aéreos, Entman (1991) demonstrou como

os media norte-americanos se colaram à visão dos acontecimentos promovida pelas autoridades oficiais dos EUA, suportando os respetivos interesses políticos.

14.2.2 Pressupostos, forças e limitações

A vasta maioria da pesquisa realizada com recurso aos conceitos de *frame* e/ou *framing* no campo da comunicação versa sobre os media (D'Angelo & Kuypers, 2009). Mais especificamente, a representação jornalística de uma enorme variedade de questões e temáticas tem sido objeto deste tipo de análise. Para além dos textos noticiosos, a análise de *frames/framing* tem sido aplicada de forma muito relevante à comunicação dos movimentos sociais, o objeto de vários estudos clássicos na análise de *frames* (Benford & Snow, 2000; Gamson & Wolfsfeld, 1993). Muitas vezes, os movimentos sociais procuram re-perspetivar questões sociais no espaço público. Por exemplo, historicamente foram cruciais para reconfigurar simbolicamente determinadas relações sociais (associadas a discriminação ou opressão, por exemplo) como questões éticas ou de direitos humanos ou determinadas práticas económicas como inaceitáveis devido ao seu impacto ambiental, redefinindo o valor da natureza. Do mesmo modo, a comunicação de outros agentes e grupos de interesse envolvidos em atividades de promoção estratégica de determinadas 'formas de ver' uma questão (e.g. partidos políticos, empresas, sindicatos) pode ser estudada com recurso à análise de *frames/framing*.

Tal como outras abordagens, a análise de *frames/framing* tem pontos fortes e pontos fracos. Por um lado, o conceito de *frame* é muito flexível e pode ser utilizado para clarificar processos importantes na construção do sentido. Por exemplo, representar as pessoas que atravessam o Mediterrâneo desde o norte de África em direção à Europa como 'refugiados', 'migrantes', 'intrusos' ou 'invasores' é bastante diferente. Estes *frames* estão associados a diferentes valores e posições, podendo influenciar perceções e processos de decisão política. Uma análise de *frames* bem realizada pode, portanto, ser muito útil para explicitar os diferentes modos como os textos podem construir o significado de questões sociais complexas.

No entanto, a análise de *frames* pode ser difícil e problemática, a vários níveis. Como identificar estruturas de sentido que estão implícitas nos textos? Dependendo da natureza dos mesmos, a tarefa varia em grau de dificuldade; mas é sempre exigente. Os procedimentos

não são fixos, sendo feitas opções muito diversas por parte dos investigadores. Nalguns trabalhos, a análise de *frames* tem-se resumido à construção de categorias temáticas e à sua contagem, ou seja, equivale a uma análise de conteúdo. Noutros casos, a análise de *frames* envolve vários aspetos em comum com a análise de discurso. Kitzinger (2007), por exemplo, considera que os aspetos de um texto que podem ser analisados na análise de *frames* são os seguintes:

- imagens utilizadas
- tipo de linguagem utilizada
- rótulos e definições empregues
- explicações dadas
- responsabilidade atribuída
- soluções propostas
- estrutura narrativa
- contextualização e links
- associações históricas evocadas
- comparações e metáforas
- apelos emocionais
- quem é convidado a comentar
- como é que os diferentes 'oradores' são apresentados
- como é que diferentes pessoas, grupos, movimentos sociais e entidades são descritos (p. 141-2).

Desde estudos clássicos, como Gitlin (1980), a muitos outros mais recentes, a questão dos '*framing devices*' ou mecanismos de *framing*, tem sido objeto de propostas e conceções diversas.

O entendimento dos *frames* apresenta também variação no que diz respeito ao seu grau de generalidade (Dombos et al., 2012). Alguns autores propõem a este respeito diferenciar '*issue frames*', ou seja, *frames* relativos apenas a um determinado assunto ou questão, e *frames* genéricos, que são transversais a vários tipos de questões, como o *frame* do 'conflito', da 'ética e moralidade', etc. Uma forma alternativa de 'olhar' para estas diferenças foi proposta

por Iyengar (1994), com a referência a '*framing* temático' e '*framing* episódico' – no último caso centrado no acontecimento específico a que se refere e nos seus protagonistas; no primeiro, centrado na problemática, ou seja, com maior grau de abstração relativamente a acontecimentos específicos. Há ainda a referir *metaframes*, que se situam a um nível de análise superior ao de outros *frames*.

Outro aspeto a ter em conta é o grau de intencionalidade associado aos *frames*, que pode variar claramente. O *framing* na comunicação organizacional, por exemplo, tem tipicamente objetivos estratégicos e é trabalhado criteriosamente nesse sentido. Como foi proposto por Snow e Benford (1988), mesmo nas organizações não-governamentais, as 'estruturas interpretativas' que os *frames* oferecem podem ter diferentes funções estratégicas, a saber:

- *frames* de diagnóstico (identificação de um problema e das suas causas, explicações para uma questão);
- *frames* de prognóstico (propostas de ação, soluções para os problemas);
- *frames* motivacionais (mensagens que possam motivar ação).

O nível de rigor e de sofisticação, bem como a qualidade dos contributos oferecidos pelas análises de *frames* para o avanço do conhecimento, são bastante variáveis. Muitas vezes, os investigadores limitam-se a 'aplicar' dedutivamente determinados '*frames* genéricos' à cobertura mediática de um determinado tema sem atenção às especificidades dos contextos ou reflexão sobre questões de poder, tensões entre vozes e/ou *frames*, lutas simbólicas, etc. É importante que tanto a análise textual como a leitura do seu significado sócio-cultural seja feita de forma cuidada e refletida. Ao invés de uma 'receita', a análise de *frames/framing* potencia caminhos diversos que serão tanto mais produtivos quanto maior for a competência, a dedicação e perspicácia do investigador. Os processos de *framing* não são, na maior parte dos casos, evidentes ao primeiro olhar pelo que, nos últimos anos, vários autores têm recomendado uma recuperação das dimensões sociológicas de análises de *frames/framing* clássicas (Gamson, 1992; Gitlin, 1980; Goffman, 1974). Complementar a análise de textos com entrevistas com jornalistas, entrevistas com fontes, análise de documentos relevantes e grupos focais com públicos dos media, entre outras estratégias de investigação possíveis, pode ser muito enriquecedor para a compreensão de uma determinada questão. Essencialmente, neste, como nos outros métodos (ou técnicas) de análise discutidos neste capítulo, há que clarificar muito bem os objetivos do estudo e as

questões que se pretende trabalhar para se desenhar uma estratégia metodológica adequada e produtiva.

As análises de *frames/ framing* podem constituir uma boa forma de agregar abordagens quantitativas e qualitativas. Por um lado, muitas variantes dessas análises vão ao encontro do objetivo de redução de dados a medidas numéricas, típica de perspectivas positivistas. Como refere Reese (2001, p. 8), a (aparente) precisão da medida (quantitativa) torna esta abordagem apetecível para muitos investigadores. Porém, há que notar que o *frame* mais importante pode não ser o mais frequente, ou seja, os números podem não dizer tudo ou ser até enganadores. Por outro lado, tem havido uma ‘viragem qualitativa’ em muita investigação sobre *frames/ framing* que resiste ao “impulso reducionista de converter texto e discurso em contentores [de sentido] e contar o seu tamanho ou frequência” (Reese, 2001, p. 8). A mera contagem da presença de determinados temas ou tópicos não capta muitos aspetos do sentido do que é dito, pois tal depende de *como* é dito, do *não-dito*, etc. Assim, muitos investigadores procuram desenvolver análises de *frames/ framing* que permitam apreender o sentido de forma mais fina, atendendo a diferentes aspetos dos textos, como os que Kitzinger (2007) sugere e se citou acima. Nessa linha, tem ocorrido algum desenvolvimento de abordagens mais interpretativas, que estão atentas ao contexto, ao implícito, ao jogo de sentidos, e a relações e fatores que, muitas vezes, não são visíveis.

Alguns autores têm mesmo procurado adicionar uma dimensão *crítica* à análise de *frames*. A proposta de Verloo & Lombardo (2007) para uma *critical frame analysis* de textos políticos parte da análise de *frames* desenvolvida no quadro do estudo dos movimentos sociais e inspirada por Snow & Benford (1988) e inclui aspetos como diagnóstico e prognóstico; voz; mecanismos de representação, etc. (p. 35). Tem também em conta o contexto específico dos textos analisados, algo fundamental para a compreensão dos mesmos. A inclusão da análise de quem tem voz e quem não tem nos textos políticos permite refletir sobre questões de poder.

14.2.3. Mapeamento de estudos de referência

Estudos fundacionais para a análise de *frames* (como acima referido), em diferentes áreas e com perspectivas diversas.

Bateson, G. (1955). A theory of play and fantasy. *Psychiatric Research Reports*, 2, 39–51.

Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95, 1-37.

Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching: Mass media in the making & unmaking of the new left*. University of California Press.

Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*. Harper.

Como o título indica, este artigo procura recolocar questões sociológicas essenciais na análise de *frames*.

Vliegenthart, R. & Van Zoonen, L. (2011). Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis. *European Journal of Communication*, 26(2), 101-115. DOI: 10.1111/0267323111404838

14.2.4 Literatura adicional

Uma obra útil para a realização de análises de *frames* no jornalismo com contributos úteis tanto a nível teórico como metodológico.

D'Angelo, P., & Kuypers, J. A. (2009) *Doing news framing analysis: Empirical and theoretical perspectives*. Routledge.

Obra de referência, interdisciplinar, com uma multiplicidade de abordagens à análise de *frames*.

Reese, S. D., Gandy, Jr., O. H., & Grant, A. E. (2001) *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. Routledge.

14.3 Análise Narrativa

14.3.1 Enquadramento teórico e epistemológico

Em termos muito simples, “narrativa” pode ser definida como a “forma como uma estória é contada em textos de ficção e não-ficção” (Rayner, Wall & Kruger, 2001, p. 44). Embora objeto de um particular interesse nas últimas décadas, a noção de narrativa tem origens longínquas no tempo. Recentemente, o termo vem sendo usado de forma mais alargada e, por vezes, até pouco precisa. Robert & Shenhav (2014) falam mesmo de uma “flexibilidade indisciplinada” (tradução nossa) deste conceito, que gera algumas dificuldades de compreensão do(s) uso(s) do mesmo nos diferentes campos em que ocorre.

Importa começar por distinguir *pesquisa narrativa* de *análise narrativa* (de textos). A primeira é um modo de fazer investigação social; a segunda (mais delimitada) é uma forma de análise de textos (narrativos). Como referem Clandinin e Rosiek (2007, pp. 42–43), a pesquisa narrativa focaliza-se nas experiências individuais, que são ‘recuperadas’ ou reportadas através de relatos (de narrativas), mas tem também em conta narrativas sociais, culturais e institucionais em que as experiências individuais se enquadram, são vividas e expressas. O conceito de narrativa é aqui mais lato e difuso do que na segunda aceção do termo, que se focaliza em textos concretos, com determinadas características, como veremos abaixo. No dizer de Robert e Shenhav (2014), estamos no primeiro caso perante narrativa como abordagem (de pesquisa) e no segundo perante narrativa como objeto (de análise) (ver capítulo 11).

A abordagem narrativa pode implicar posições sobre paradigmas de investigação (a preferência por investigação qualitativa, de profundidade, de cariz interpretativo, etc.) e mesmo orientações normativas (por exemplo, a deseabilidade de todos terem direito à narrativa, a contar as suas estórias sobre as realidades sociais, o que este tipo de investigação potenciará). A análise narrativa vê a narrativa como algo que está presente ou inscrito em determinados textos e que pode ser estudado/analísado, centrando-se nos procedimentos para o fazer. Apesar desta diferenciação, será também de dizer que as duas aceções cruzam-se muitas vezes na investigação.

Uma outra distinção importante é entre narrativa e estória. Muito brevemente, narrativa integra estória e discurso sobre a estória. Por outras palavras, a narrativa é uma forma de narrar uma estória (como é evidente, a mesma estória pode ser contada de modos – e com recursos semióticos – muito diferentes).

As estórias têm um papel importante para os seres humanos, quer ao nível da ontogénese quer da filogénese. Desde crianças que os indivíduos convivem com e habituem-se a 'ler' o mundo à luz de estórias. O bem e o mal confrontam-se nas estórias infantis e o habitual triunfo do 'bem' sobre o 'mal' contribui para a formação de valores. Na história da evolução humana, as estórias tiveram sempre uma grande importância por colocarem ordem onde se observa desordem, como em tempestades, terremotos e outros fenómenos naturais. Os mitos dos 'homens das cavernas' são estórias com funções de explicação, compreensão e tipificação do mundo.

As narrativas são muitas vezes sobre estórias ficcionais. Mas outras narrativas podem dar conta de estórias reais, como no caso das biografias, dos documentários ou do jornalismo. Para o jornalismo, a narrativa é fundamental para estruturar a comunicação sobre questões complexas e/ou multifacetadas. O real apresenta-se muitas vezes de forma incoerente ou ambígua. As narrativas jornalísticas reduzem essa complexidade através de processos de seleção e reconstrução discursiva. Os textos jornalísticos têm também importantes dimensões retóricas ou, por outras palavras, buscam persuadir (nomeadamente, de que o que contam é verídico). Como afirmam Rayner et al. (2001), as narrativas podem ser utilizadas para influenciar as respostas de uma audiência a um evento. O modo como a informação é apresentada – ou narrada – pode levar as pessoas a adotar perspetivas determinadas e a posicionar-se favorável ou desfavoravelmente em relação às diferentes partes envolvidas.

Estabelecida que está a importância sócio-cultural das narrativas, importa mapear o seu estudo e análise académica. São várias as escolas de pensamento ou correntes teóricas a relevar. A narrativa foi pela primeira vez definida como ferramenta de investigação (social) por Labov & Waletzky (1967). No seu entender, a estrutura essencial das narrativas deveria ser procurada na sua fórmula mais simples: relatos pessoais orais de experiências passadas.

No seu modelo, conhecido como a macroestrutura laboviana, organizaram as narrativas em seis elementos: resumo; orientação; ação (complicação); avaliação; resolução; e "coda".

Uma das tradições teóricas mais importantes na análise de narrativas é o chamado estruturalismo russo. Vladimir Propp (1927), um dos nomes maiores, analisou estórias populares tradicionais da Rússia e formulou uma tipificação de personagens e de acontecimentos a elas associados (que considerou irem até a um total de 31). Entre as principais personagens encontram-se as seguintes: herói, vilão, dador (oferece prenda com propriedades mágicas), assistente (ajuda o herói), e princesa (a recompensa do herói).

Em 1958, Claude Lévi-Strauss deu um importante contributo para o desenvolvimento da chamada 'gramática da narrativa' com a sua análise do funcionamento do mito na obra *Antropologia Estrutural*. Tal gramática foi também trabalhada, sobretudo ao nível da frase, na influente obra de A. J. Greimas (1966), que propôs a noção de actante, sujeito(s) que desempenha(m) diferentes funções narrativas.

Também estruturalista, Tzvetan Todorov (1969) reduziu as histórias a três momentos essenciais: equilíbrio-desequilíbrio-novo equilíbrio. Um quadro inicial de bem-estar é perturbado por uma força ou personagem maléfica, sendo combatida e vencida pelo herói e permitindo o regresso à situação de felicidade.

Roland Barthes é outra referência intelectual a destacar na análise narrativa, situando-se entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Inspirando-se em Greimas, Todorov e outros autores, Barthes defendeu a ideia de que as narrativas partilham características estruturais (1975), mas considera que são 'tecidas' de forma diferente em cada uma. Na sua análise da semiótica literária, identificou cinco códigos semióticos presentes em todas as narrativas: hermenêutico (tudo o que diz respeito ao enigma associado com a evolução de qualquer narrativa), proairético (relacionado com a linha de ação da história); semântico, simbólico e cultural (ou referencial). Para Barthes (1974), o texto é mais uma "galáxia de significados" possíveis do que a uma "estrutura de significantes", o que implica que o modo como o leitor/investigador lê o texto e os elementos aí presentes pode variar profundamente. Esta visão do funcionamento do sentido nos textos corresponde a uma perspectiva pós-estruturalista.

Vários dos autores referidos acima, como Propp, Todorov e Barthes, inscrevem-se na "narratologia", um tipo de análise especialmente associado aos estudos literários que procura identificar os mecanismos de funcionamento da narrativa. Mais recentemente, a Análise de Discurso tem também vindo a interessar-se pela narrativa. Afastando-se da conceção da narrativa como um género bem definido com uma estrutura identificável, os estudos de discurso e a sociolinguística têm vindo a explorar as múltiplas expressões da narrativa em diferentes arenas sociais (Fina e Georgakopoulou, 2012). Estas abordagens, menos ortodoxas em termos analíticos, assumem que as narrativas são sempre situadas e que o contexto (ou até diferentes tipos de contextos) é crucial para a sua análise e compreensão. Souto-Manning (2012) propõe trazer as dimensões críticas discutidas na secção relativa à análise crítica de discurso para o estudo de narrativas conversacionais e de como essas '*everyday narratives*'

são adotadas em discursos institucionais. Esta proposta de uma ‘análise narrativa crítica’ faz a ponte entre níveis micro (posicionamentos interacionais) e macro (diferenças estruturais de poder) no estudo de textos.

Como sugerido acima neste capítulo, a análise de textos (narrativas e outros) depende muito das concepções do investigador relativamente à forma como se adquire conhecimento (ou como se desenvolvem imagens mentais da realidade). Está aqui em causa a perspetiva epistemológica ou a visão sobre ‘como sabemos o que sabemos’. Também o estudo das narrativas tem estado associado a diferentes paradigmas epistemológicos e, portanto, a diversos modos de ver a relação entre realidade, pensamento (ou conhecimento) e narrativa. Ao mesmo tempo, prende-se com diferentes ontologias.

Por um lado, pode-se considerar que a narrativa é um mero modo de representação do mundo, ou seja, um meio através do qual se expressa a realidade. Quando a narrativa é vista como um dispositivo de representação de algo diferente de si, ela é concebida como ontologicamente distinta do real. Epistemologicamente, funciona como um veículo para se aceder mentalmente a esse ‘mundo lá fora’. Estamos perante o realismo (descritivo) - o texto retrata (desejavelmente com rigor) o real – e o objetivismo – é possível conhecer de forma objetiva (racional, precisa) o mundo, independentemente dos sujeitos desse conhecimento. Podemos ainda referir o cognitivismo, uma perspetiva epistemológica que concebe a narrativa como expressão linguística de estados cognitivos, ou seja, as estórias constituíram um veículo para a exteriorização do pensamento. Nesta aceção, embora importantes, as estórias são servas de estados interiores (Esin et al., 2013).

A maior parte das formas de análise narrativa realizadas em ciências sociais assenta num paradigma construtivista. Aqui, releva a ideia de que os sentidos ou significados não estão inscritos na realidade, mas resultam de operações simbólicas dos intervenientes nos processos de comunicação, tais como seleção, hierarquização e recontextualização. Assim, a linguagem (mesmo numa narrativa jornalística) não espelha a realidade, mas constrói os seus significados. O construtivismo reconhece, portanto, o carácter constitutivo da linguagem (empregue pelos vários participantes na realidade social, incluindo os investigadores) relativamente à forma como as realidades sociais adquirem sentido. Disto decorre a valorização da diversidade de sentidos a propósito de um qualquer objeto de análise, do seu carácter dinâmico, bem como da importância do contexto e de diferentes formas de poder

para a construção do sentido (Esin et al., 2013). As relações interpessoais, sociais e culturais são aqui consideradas aspetos fundamentais do processo de significação e as funções sociais das narrativas um aspeto de grande interesse para o investigador. Embora muitas análises realizadas dentro de uma abordagem construtivista não explorem a questão da relação entre estória e pensamento do autor da estória ('narrador'), ou seja, até que ponto o sentido expresso na estória estava já pré-fixado no pensamento, é possível inferir que, em muitos casos, se reconhece que a narrativa é crucial para a formulação de significados para todos os participantes de uma dada situação de interação social.

Para o construtivismo, não é apenas a estória que é escrita ou contada o objeto relevante da análise mas também o modo como é escrita ou contada, pois tal é decisivo para o modo como adquire sentido para todos os intervenientes, incluindo o investigador e os públicos da investigação (Esin et al., 2013). Em linha com os desenvolvimentos no âmbito dos estudos de discurso e da sociolinguística acima mencionados, as estórias seriam assim co-construídas em vários contextos: interacional, histórico, institucional e discursivo (Esin et al., 2013; Riessman, 2008).

Em suma, vimos nesta secção que o estudo das narrativas se tem desenvolvido em diferentes quadros teóricos, perspetivas e paradigmas epistemológicos. São vários os modos como se concebe que as narrativas ligam realidade e pensamento e são diversos também os olhares analíticos sobre os textos narrativos. Tal pluralidade pode ser vista positivamente: "Em última instância, uma narrativa é uma forma de organizar o mundo, e desvendar o significado dessa organização exige um conjunto heterogéneo de ferramentas conceptuais associadas a uma variedade de tradições filosóficas e teóricas." (Buozis & Creech, 2018, p. 1431)

14.3.2 Pressupostos, forças e limitações

O campo de aplicação do conceito de narrativa é muito amplo. Brockmeir & Harré (2003, p. 526) referem-se a "um largo espectro de investigações, que incluem estudos sobre as formas pelas quais organizamos as nossas memórias, intenções, estórias de vida e os ideais de nosso *self*, ou as nossas "identidades pessoais", em padrões narrativos." As narrativas pessoais, seja em forma oral ou escrita, e elicitadas por entrevista ou lidas a partir de diários, publicações em blogs, filmes, etc. são exemplo disso. Uma das virtudes das estórias e da análise narrativa

é que podem constituir uma porta de entrada nos modos individuais de experiência de uma determinada realidade, como a violência ou a discriminação. O acesso a perspectivas subjetivas de determinadas questões ou problemas permite um conhecimento profundo e diferenciado das realidades sociais, sendo este modo de investigação sensível a questões não previsíveis numa abordagem *top-down* (dedutiva/partindo da teoria). Como tal, a pesquisa narrativa é facilitadora da compreensão das realidades sociais tal como são vividas por pessoas concretas em contextos (que são sempre) particulares.

O reconhecimento do que é postulado acima tem levado a uma expansão das abordagens narrativas muito para além do que os autores e os trabalhos fundacionais propunham. Por exemplo, o modelo laboviano, apesar de ter sido muito influente, é hoje considerado limitativo por muitos investigadores por descartar informação que não seja obtida através de entrevistas e não a classificar como narrativa. Daí decorre a ideia de que não podem ser analisadas (Nunes et al., 2017).

Exemplos como conversas informais entre colegas, fofocas, ou conversas entre familiares à mesa de jantar ficam de fora desse modelo clássico, não deixando de ser uma forma importantíssima para a obtenção de dados para a Análise da Narrativa. Novos estudos na área mostram que relatos de ações habituais, histórias hipotéticas, além de outros tipos de histórias cotidianas têm sido cada vez mais incluídos no escopo dos estudos da área. (Nunes et al., 2017, p. 9)

Esta citação evoca, de novo, a diferença entre *pesquisa narrativa* e *análise narrativa* (de textos). Para a primeira, os discursos individuais sobre a experiência e a vivência do mundo, bem como aspetos interacionais associados a esses discursos, são cruciais, mesmo que esses 'dados' incluam textos sem características narrativas ou até dados que não são texto. Por outro lado, para outros investigadores, a análise narrativa implica a identificação e análise de alguns elementos considerados fundamentais, nomeadamente a ação, a conclusão (ou resultado), as personagens e o quadro/contexto da ação. Muitos têm apontado a importância da sequência nas narrativas e proposto que a narrativa pode ser vista como a apresentação sequenciada de informação sobre acontecimentos ocorridos num determinado espaço e tempo (Rayner et al., 2001, p. 46). Esta é uma questão essencial que permite distinguir textos narrativos e textos não-narrativos, como relatórios técnicos, documentos estatísticos, livros de receitas, etc.

Nos estudos dos media, a análise narrativa tem assumido uma grande expressão, tendo sido empregue no campo dos media, tanto em textos noticiosos como noutros. Enquanto texto narrativo, as notícias dão estrutura e forma a uma realidade complexa e, em muitos aspetos, caótica. As peças jornalísticas são muitas vezes chamadas de 'estórias' pelos próprios profissionais do campo, reconhecendo o papel crucial da atividade de escrita e narração de acontecimentos ou desenvolvimentos. Quem? [Fez] o quê? Como? Onde? Quando? - são estas as perguntas 'clássicas' do jornalismo, que é profundamente marcado pelos vetores correspondentes: atores, ação, modo de ação, espaço e tempo.

Muitos estudiosos do campo da comunicação e dos media têm dedicado atenção às notícias enquanto discurso narrativo. Vários têm procurado perceber as suas funções no reforço de mitos culturais (Bird & Dardenne, 1988) e na reprodução de valores e ideologias dominantes. Por exemplo, na sua análise de textos jornalísticos sobre os conflitos nos Balcãs nos anos 90, Vincent (2000) mostra como os media americanos construíram as personagens/atores sociais envolvidos de modo a criar (simbolicamente) um inimigo e a legitimar a intervenção militar dos EUA/NATO.

Como vimos acima, as análises estruturalistas convencionais visam a identificação de elementos ou componentes na narrativa e o estudo de como se relacionam entre si. Enquanto que em determinados domínios toda a análise se centra no texto, ignorando ou suspendendo os contextos socioculturais em que emergiram e em que circulam, os estudos realizados nas Ciências da Comunicação focam-se, na maior parte dos casos, sobre textos não ficcionais (de vários géneros) em que os contextos históricos e socioculturais onde emergiram e circulam importam. Consideramos então que a análise narrativa deve aqui atender a um discurso que é situado, ou seja, que se refere a um contexto específico, que se relaciona com o domínio da vivência (ou da experiência vivida), que envolve uma sequência de eventos e que assenta num 'argumento'.

A análise de um texto sob esta ótica da narrativa toma esse texto como um todo indivisível. Aspetos como sequencialidade e ordenação temporal são essenciais, sendo o sentido dependente da integralidade dessa sequência/evolução. Como tal, na análise narrativa não é adequada a segmentação e/ou reorganização dos textos para fins de comparação, contagem ou outra operação que descontextualize e homogeneíze elementos das estórias.

A análise narrativa, sendo pouco compatível com a quantificação, implica dificuldades de tratamento de modo extensivo, ou seja, não potencia facilmente a análise de um grande número de textos. Em compensação, a análise narrativa associada a uma perspectiva construtivista e interpretativa pode ser muito profícua na compreensão integrada de textos e de determinadas realidades sociais específicas.

14.3.3 Mapeamento de estudos de referência

Os estudos fundadores da análise narrativa são referências fundamentais para compreender como a narrativa e a sua análise foram primeiramente conceptualizadas.

Barthes, R. (1974). *S/Z*. Trad. Richard Miller. Noonday Press.

Barthes, R. (1975). An introduction to the structural analysis of narrative. *New Literary History* 6(2), 237–272.

Greimas, A. J. (1966). *Sémantique structurale: Recherche de méthode*. Larousse.

Labov, W., & Waletzky, J. (1967). Narrative analysis. In J. Helm (Ed.), *Essays on the verbal and visual arts* (pp. 12-44). University of Washington Press.

Lévi-Strauss, C. (1972). *Anthropologies structurales deux*. Plon.

Propp, V. (1927). *Morphology of the folktale*. Trad. Laurence Scott. 2nd ed. University of Texas Press.

Todorov, T. (1969). Structural analysis of narrative. *NOVEL: A Forum on Fiction*, 3(1), 70-76.

Coletâneas que sintetizam evoluções importantes no campo e exemplos de aplicação.

Czarniawska, B. (2004). *Narratives in social science research*. Sage.

Elliot, J. (2005). *Using narrative in social research. Qualitative and quantitative approaches*. Sage.

Herman, D., Jahn, M., & Ryan, M.-L. (2007). *The Routledge encyclopedia of narrative theory*. Routledge.

Holstein, J. A., & Gubrium, J. F. (2012). *Variety of narrative analysis*. Sage.

Reissman, C. (1993) *Narrative analysis*. Sage, London.

14.3.4 Literatura adicional

Um texto muito útil para refletir sobre a relação entre mito e narrativa no jornalismo.

Bird, S. E., & Dardenne, R. W. (1988). Myth, chronicle, and story: Exploring the narrative qualities of news. In J. W. Carey (Ed.), *Media, myth, and narratives: Television and the press* (pp. 67–86). Sage.

Uma discussão sensível dos contributos da narrativa para a análise de entrevistas.

Chase, S. E. (1995). Taking narrative seriously. Consequences for method and theory in interview studies. In R. Josselson & A. Lieblich (Eds.), *Interpreting experience: The narrative study of lives* (pp. 1-25). Sage Publications.

Os seguintes trabalhos propõem avanços inovadores na análise narrativa.

De Fina, A., & Georgakopoulou, A. (2008). Analysing narratives as practices. *Qualitative Research*, 8(3), 379-387.

Souto-Manning, M. (2014). Critical narrative analysis: The interplay of critical discourse and narrative analyses. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 27(2), 159–180. <https://doi.org/10.1080/09518398.2012.737046>

14.4 Análise Crítica de Discurso

4. 1. Enquadramento teórico e epistemológico

Distinguimos dentro deste tipo de análise do discurso, que procura identificar padrões ou regularidades de consistência e variedade na linguagem usada em contexto, a análise crítica de discurso (ACD), sobretudo a aplicada a material escrito, pela importância que tem adquirido nas Ciências da Comunicação, em particular nos Estudos dos Média, do Jornalismo e nos Estudos Culturais (Bell & Garrett, 1998; Guillem & Toula, 2018; Tracy, 2011). Tem em comum com outras formas de analisar o discurso a ideia de que os significados não estão

congelados na superfície dos enunciados ou textos, mas resultam antes dos usos linguísticos em contextos particulares, devendo, portanto, ser vistos como construções incertas e contestáveis dos participantes na interação, ou como produto de comunidades mais vastas. Associada a este entendimento está uma visão particular da linguagem, de natureza funcionalista e social. A linguagem não é entendida como um sistema abstrato, neutro e universal para todos os seus utilizadores, ou como um veículo que transposta significados essencialmente referenciais, funcionando como um espelho de um mundo “lá fora” ou de um mundo subjetivo, mas antes como um meio que não é transparente, porque guia e constrange o modo como pensamos e agimos, organiza a nossa vida social e expressa, ao mesmo tempo que constitui, a diferenciação social.

Historicamente enraizada na tradição da Linguística Crítica, a ACD difere de outros tipos de análise do discurso porque inclui não apenas uma descrição e interpretação da linguagem usada para realizar ações e participar na interação social, mas também oferece uma explicação sobre o *porquê* e o *como* desse funcionamento no seio de situações sociais e culturais particulares, estando particularmente interessada em explorar como é que certos padrões e rotinas dos usos e das práticas linguísticas imbricam em estruturas de poder e dominação. É neste enfoque particular, o de evidenciar os efeitos de poder/ideológicos latentes das práticas linguísticas e sociais, que reside uma das dimensões da natureza crítica da ACD. Trata-se de um interesse comum a outros campos do saber, incluindo ao das Ciências da Comunicação (e.g. Estudos Culturais), e que podemos fazer radicar nas tradições filosóficas de Gramsci e da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, entre outras.

Outra das dimensões incluídas na dimensão crítica da ACD concerne a definição do objeto de estudo e respetivas implicações epistemológicas. Dando preferência, originalmente, ao discurso institucional ou público, a ACD problematiza, com base em recursos oferecidos pelas Ciências Sociais, situações e práticas políticas e sociais nas sociedades contemporâneas (Wodak, 2004), por porem em causa valores considerados fundamentais (e.g. igualdade e justiça social), com o fim de destacar o papel do discurso nesses processos (Van Dijk, 1991) e o propósito de promover mudanças na ordem de discurso que governa um dado domínio de ação (Fairclough, 1992; Fairclough, Graham, Lemke, Wodak, 2004). Neste sentido, “crítica” significa trabalhar com um objeto construído de uma forma inter/transdisciplinar e não significa apenas criticar outros; significa também agir e intervir na situação, quer através da

própria análise, quer por outras vias (e.g. trabalhando com instituições/associações/movimentos).

Neste quadro, o julgamento sobre a validade científica inclui critérios de relevância prática (van Dijk, 1990, p. 10). Ao contrário de outros tipos de análise de discurso (e.g. análise conversacional), quem faz ACD não se vê a si própria como estando fora da análise, mas considera que está dentro dela, reconhecendo, portanto, a reflexividade do processo de investigação e a natureza política da mesma. O exercício crítico não se atém somente aos processos sociais, mas estende-se às escolhas realizadas no processo de investigação, que são tornadas explícitas. Integra também uma dimensão de autocrítica acerca das posições, motivações e ações envolvidas (Chouliaraki & Fairclough, 1999) e a consciência de que as interpretações oferecidas são necessariamente parciais, situadas e abertas à mudança (Fairclough, 2003, p. 15).

Na sua origem, a ACD integra esta dupla promessa, a de fazer uma análise interpretativa dos usos da linguagem na fala e na escrita com fins explicativos, visando expor a relação, frequentemente implícita, e muitas vezes contraditória, entre esses usos, o poder e a ideologia, e a de desenvolver um trabalho de empoderamento e de mobilização orientado para a eliminação da desigualdade social. A prossecução deste desiderato é orientada por um conceito de discurso de natureza dual: a ideia de discurso como sendo em si mesmo (parte de uma) prática social, como uma forma de ação, algo que os participantes fazem *a, para, e com* outros, e que se imbrica e interage com outras práticas sociais; e a de discurso como uma forma de representar práticas sociais, de produzir um conhecimento ou saber contextualizado, como aquilo que é dito sobre acontecimentos, práticas, atores e relações sociais e sujeitos ou, por outras palavras, como a linguagem usada ao representar uma prática de um ponto de vista particular (Fairclough, 1995, p. 56).

A ACD surge com o intuito de explorar esta natureza dual do discurso (van Leeuwen, 1993, p. 193): enquanto “instrumento de poder e controle”, onde adquirem particular importância a noção e a análise de géneros discursivos (ou de estilos, formatos, dependendo da perspetiva analítica) — e com ela uma atenção particular às normas, convenções e regras que regulam o uso da linguagem associada a um tipo particular de atividade social (Fairclough, 1995, p. 14) — bem como à questão do acesso preferencial e controlo aos mesmos (Van Dijk, 1993); e discurso enquanto “instrumento de construção social da realidade”, particularmente

relevante na crítica ideológica, centrada nos efeitos do discurso nas estruturas de poder (van Dijk, 2006).

Consistente com a sua base linguística, a ACD investiga a natureza dual do discurso examinando de forma sistemática os detalhes da linguagem usada em textos verbais ou orais, com o fim de evidenciar padrões discursivos que formam uma constelação de significados repetidos, ou de conhecimento e estruturas, reveladores, por exemplo, de desigualdades entre os participantes ou de omissões/ secundarizações sistemáticas nas representações. Apesar de considerar que a chave das respostas a dar reside na materialidade linguística do discurso, a ACD defende, porém, desde a sua origem, que a interconexão entre a esfera social e cultural, onde as relações de poder são estabelecidas, por um lado, e a esfera linguística-textual, onde o discurso se materializa, por outro, não é direta, mas é de algum modo mediada. Entende-se que os níveis de significação que se constroem com as formas linguísticas são múltiplos e funcionam de diversas formas em situações comunicativas reais. Por ser assim, a relação entre poder ou ideologia e o discurso tem frequentemente uma natureza subtil, indireta, complexa, confusa e contraditória.

É princípio comum à ACD a ideia que a linguagem usada simultaneamente reflete e constitui todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente moldam, restringem ou possibilitam esse uso. Sendo a análise do texto em contexto (van Dijk, 1977) um postulado indispensável à análise de discurso, no quadro da ACD, ele originou o desenvolvimento de diferentes teorias e quadros analíticos. Van Dijk, o autor com uma teoria mais elaborada sobre o assunto, de viés sociocognitivo (2008), considera que a mediação é feita por constructos intersubjetivos criados e recriados na interação pelos participantes, como membros de grupos e comunidades, no discurso. São esses constructos, a que chama de modelos do contexto, que influenciam a forma como o texto é produzido, formulado e interpretado. Já Wodak e Fairclough propõem modos de operacionalizar essa interface em termos metodológicos. Wodak, associada à “abordagem histórica do discurso” (Reisigl & Wodak, 2008), usando o princípio da triangulação, avançado por Cicourel (1969), apresenta um conceito de contexto a quatro níveis, que implica não só quatro práticas analíticas distintas, como também o uso de diferentes métodos/técnicas na constituição de um *corpus*, de forma a integrar fontes variadas e a tornar a análise o mais exaustiva possível. Na “abordagem dialética-relacional” de Fairclough, o conceito de ordens de discurso, definido com referência a Foucault (1971) e entendido como “a organização social e o controle da

variação linguística para áreas particulares da vida social” (Fairclough, 2004, p. 121), através do qual são introduzidos componentes interdiscursivos e intertextuais na análise textual, funciona como a interface que permite ligar as estruturas e práticas sociais com eventos discursivos concretos.

Em suma, não há uma única forma de fazer ACD e a ACD não tem apenas uma dimensão empírica ou prática; inclui um conjunto diversificado de abordagens (e não apenas as já referidas), de estilos e enfoques que acarretam quadros analíticos próprios (ainda que com sobreposições), e o uso de diferentes teorias (linguísticas e não linguísticas).

14.4.2 Pressupostos, forças e limitações

Com o passar dos anos, a ACD tem vindo a conhecer diversos desenvolvimentos teóricos, metodológicos e práticos (Hart & Cap, 2014; Krzyżanowski & Forchtner, 2016), bem como matizes distintas, relacionadas, em parte, com a apropriação do projeto através de disciplinas (Catalano & Waugh, 2020) e continentes (Chilton, Tian & Wodak, 2010; Carvalho, 2008; Pardo, 2007), uma realidade de que a mudança de acrónimo (CDS – Estudos Críticos do Discurso), proposta por van Dijk, pretendeu dar conta. Aos problemas originalmente explorados na ACD como, por exemplo, racismo, emigração/emigrantes (e temas relacionados, como identidades nacionais, nacionalismos, refugiados, cidadania), sexismo e desigualdade de género (Wodak, 1997), juntaram-se outras preocupações e questões (e.g. feminismo, alterações climáticas, neo-liberalismo, globalização, terrorismo, políticas), métodos, domínios de aplicação, géneros de discursos, modalidades e meios, compreendendo-se atualmente a análise do discurso não apenas como um fenómeno linguístico, mas enquanto fenómeno semiótico multimodal (Flowerdew & Richardson, 2018). Independentemente da natureza semiótica dos materiais usados para inferir discursos e mostrar a sua significância social, a particularidade deste modo de fazer análise continua a ser o interesse em mostrar, de uma forma sistemática e detalhada, o papel que têm a linguagem (e/ou outros modos de representação) nesses processos. Portanto, na ACD, a linguagem não é tratada como recurso ou informação para estudar outra coisa, mas é aquilo que importa problematizar em exemplos ou *corpora* de “dados autênticos”, quer dizer, que não são editados e estão o mais próximo possível dos contextos originais do seu uso. Dada a imensidão e variedade dos fenómenos envolvidos no uso da linguagem — formas,

significados ou ação —, a escolha do que descrever e de como o fazer, depende da pergunta que conduz a investigação, do tipo de dados recolhidos, assim como da abordagem (ou combinação de abordagens) vista como adequada para responder ao problema em estudo. Dado o interesse crítico da ACD, os traços textuais/linguísticos que poderão ser de maior interesse são os potencialmente envolvidos em padrões não neutros de representação que não são imediatamente óbvios à superfície ou no controle das (inter)ações discursivas. Deve-se, no entanto, sublinhar que nem toda a informação relevante para a interpretação está no *corpus*, ainda que, como dito acima, os textos ofereçam pistas quanto ao que podem ser os fenómenos contextuais relevantes para os participantes. Isto implica que o analista tem de se perguntar o que precisa de conhecer acerca do contexto (linguístico, da situação comunicativa e mais alargado — social, político, histórico, geográfico) para interpretar os dados, sendo que nunca deve esquecer que essa interpretação resulta da conjunção desses dois tipos de informação e não de uma articulação de tipo primeiro um e depois outro. Isto pode significar usar outros textos ou formas de discurso, e não apenas para temas históricos, e significa com certeza ter conhecimento acerca dos traços gerais e estruturas do género ou géneros discursivos incluídos no *corpus*, bem como acerca do mundo a que os textos se referem.

Se é inegável a natureza indutiva da ACD, também é certo que a visão de discurso em que assenta, enquanto abstração de uma prática em contexto, impede que a significância discursiva seja diretamente inferida do texto, ao mesmo tempo que a atenção ao detalhe carrega com ela o potencial de mostrar como as práticas linguísticas são frequentemente ambivalentes nas suas orientações ideológicas e abertas a investimentos ideológicos contraditórios.

A natureza do projeto da ACD é, sem dúvida, ambiciosa, quer pela interdisciplinaridade necessariamente envolvida na conceção de uma investigação deste tipo, como pelo compromisso com a efetividade política ou relevância prática da mesma. Acresce que a complexidade das considerações teóricas em torno do objeto de análise, e a falta de demonstrações claras do modo como os textos podem ser analisados de acordo com os princípios e procedimentos envolvidos, dificultam a operacionalização das propostas em projetos de investigação concretos. Algumas das críticas tecidas à ACD (Barletta Manjarres, 2007) questionam precisamente a falta de densidade teórica e/ou linguística das análises realizadas, de representatividade dos exemplos usados para demonstrar um determinado

padrão e se o padrão em si tem, de facto, a significância que lhe é atribuída, bem como a validade e justificação das leituras realizadas. O problema básico, como refere Bucholtz (2001, p. 178-179), não estará na subjetividade, inevitável em qualquer tipo de investigação, nem na política, uma vez que a crítica não se faz sem política, mas sim na prática, no facto dos investigadores poderem não considerar a sua participação inevitável na produção de sentido, nem a forma como os seus compromissos políticos modelam o processo de investigação.

14.4.3 Mapeamento dos estudos de referência

Dos fundadores da ACD, destacamos este conjunto de obras onde são discutidos conceitos centrais e tipos de análise propostas por cada um dos autores e mostradas as suas aplicações, incluindo no campo dos média, bem como desenvolvimentos mais recentes dessas abordagens.

Van Dijk, T. A. (1991). *Racism and the press*. Routledge.

Van Dijk, T. A. (2008). *Discourse and context. A sociocognitive approach*. Cambridge University Press.

Van Dijk, T. A. (2006). Ideology and discourse analysis. *Journal of Political Ideologies*, 11(2), 115-140.

Fairclough, N. (1995). *Media discourse*. E. Arnold.

Chouliaraki, L. & Fairclough N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh University Press.

Para uma introdução à abordagem histórica do discurso, ver este capítulo de Wodak, num livro editado com Meyer, que combina contributos de figuras destacadas da ACD e análise de material escrito sobre temas diversos, incluindo alterações climáticas, liderança na gestão e globalização.

Reisigl, M. & Wodak, R. (2008). The discourse-historical approach. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 87-121). L Sage, 2ª ed.

Coletâneas com desenvolvimentos no campo e exemplos de aplicações em vários domínios.

Catalao, T. & Waugh, L. R. (2020) (Eds). *Critical discourse analysis, Critical discourse studies and beyond*. Springer International Publishing.

Flowerdew, J. & Richardson, J. (2018) (Eds.). *The Routledge handbook of critical discourse studies*. Routledge.

Hart, C. & Cap, P. (2014) (Eds.). *Contemporary critical discourse studies*. Bloomsbury Publishing.

14.4.4 Literatura adicional

Resenhas das críticas à ACD em vários campos do saber e das interseções entre a ACD e as Ciências da Comunicação nos EUA e na Europa.

Barletta Manjarres, M. (2007). Critical discourse analysis: A review of the critique. *Lenguaje*, 35(1), 217-244.

Guillem, S. M. & Toula, C. (2018). Critical discourse studies and/in communication: theories, methodologies, and pedagogies at the intersections, *Review of Communication*, 18(3), 140-157. DOI: 10.1080/15358593.2018.1480793

Tracy, K. et al (2011). Critical discourse analysis and (U.S.) communication scholarship Recovering old connections, envisioning new ones. *Annals of the International Communication Association*, 35(1), 241-286, DOI: 10.1080/23808985.2011.11679118

No plano da leitura fundamental, relativa aos Estudos do Discurso, este livro, com 40 contributos, visa representar as principais correntes, tanto na teoria como na prática e reduzir o fosso entre as abordagens norte-americanas e as europeias.

Angermuller, J., Maingueneau, M., & Wodak, R. (2014). *The discourse studies reader. Main currents in theory and analysis*. John Benjamins.

Referências

- Bell, P. (2001). Content analysis of visual images. In van Leeuwen, T., & Jewitt, J. (Eds.), *Handbook of visual analysis* (pp. 10-34). Sage.
- Benford, R. D. & Snow, D. A. (2000) Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, 611-639.
- Brockmeir, J., & Harré, R. (2003) Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3) p.525-535. DOI: 10.1590/S0102-79722003000300011.
- Bucholtz, M. (2001). Reflexivity and critique in discourse analysis. *Critique of Anthropology*, 21, pp. 157-175.
- Buozis, M., & Creech, B. (2018). Reading news as narrative. *Journalism Studies*, 19(10), 1430-1446, DOI: [10.1080/1461670X.2017.1279030](https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1279030)
- Cappella, J. N., & Jamieson, K. H. (1997). *Spiral of cynicism: The press and the public good*. Oxford University Press.
- Chilton, P., Tian, H., & Wodak, R. (2010). Reflections on discourse and critique in China and the West. *Journal of Language and Politics*, 9, pp. 489–507.
- Cicourel, A. V. (1969). *Method and measurement in Sociology*. New York University Press.
- Clandinin, J. D., & Rosiek, J. (2007). Mapping landscape of narrative inquiry. Borderland spaces and tensions. In J. D. Clandinin (Ed.), *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology* (pp. 35-75). Sage Publications.
- D'Angelo, P. (2002). News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. *Journal of Communication*, 52(4), 870–888.
- Dombos, T., Krizsan, A., Verloo, M., & Zentai, V. (2012). *Critical frame analysis: A comparative methodology for the 'Quality in Gender+ Equality Policies' (QUING) project*. <http://pdc.ceu.hu/archive/00006845/01/cps-working-paper-critical-frame-analysis-quiring-2012.pdf>
- Entman, R. (1991). Framing US coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, 41(4), 6-27.
- Entman, R. M. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), 6-27.
- Esin, C., Fathi, M. and Squire, C. (2013). Narrative analysis: The constructionist approach. In U. Lick (Ed.) *The SAGE handbook of qualitative data analysis* (pp. 203-2016). Sage.

- Fairclough, N. (2003). *Analyzing discourse: Textual analysis for social research*. Routledge.
- Fairclough, N. (2004). Semiotic aspects of social transformation and learning. In R. Rogers (Ed.), *An introduction to critical discourse analysis in education* (119-127). Lawrence Erlbaum.
- Fairclough, N., Phil Graham, P., Lemke, J., & Wodak, R. (2004). Introduction. *Critical Discourses*, 1(1), 1-7. DOI: [10.1080/17405900410001674489](https://doi.org/10.1080/17405900410001674489)
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Gallimard.
- Franzosi, R. (2004). Content analysis. Hardy, M., & Bryman, A. (Eds.), *Handbook of data analysis* (pp. 547-567). Sage.
- Franzosi, R. (2008). Content analysis: Objective, systematic, and quantitative description of content. In R. Franzosi (Ed.), *SAGE benchmarks in social research methods: Content analysis* (pp. 2-43). Sage.
- Gamson, W. (1992). *Talking politics*. Cambridge University Press.
- Gamson, W. A., & Wolfsfeld, G. (1993). Media and movements as interacting systems. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 528(1), 114-125.
- Iyengar, S. (1994). *Is anyone responsible? How television frames political issues*. University Chicago Press.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1984). Choices, values, and frames. *American Psychologist*, 39(4), 341-350.
- Kitzinger, J. (2007). Framing and frame analysis. In E. Devereux (Ed.) *Media studies: Key issues and debates* (pp. 134-161). Sage.
- Krzyżanowski, M. & Forchtner, B. (2016). Theories and concepts in critical discourse studies: Facing challenges, moving beyond foundations. *Discourse & Society*, 27(3), 253-261. DOI:[10.1177/0957926516630900](https://doi.org/10.1177/0957926516630900)
- Kuckartz, U. (2019). Qualitative content analysis: From Kracauer's beginnings to today's challenges [46 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 20(3), Art. 12. DOI: 10.17169/fqs-20.3.3370.
- Lewis, S. C., Zamith, R. & Hermida, A. (2013). Content analysis in an era of big data: A hybrid approach to computational and manual methods. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, 57, 34-52. DOI: 10.1080/08838151.2012.761702
- Littlejohn, S. (1977). Frame analysis and communication. *Communication Research*, 4, 485-492.

- Lovejoy, J., Watson, B. R., Lacy, S., & Riffe, D. (2014). Assessing the reporting of reliability in published content analyses: 1985–2010. *Communication Methods and Measures*, 8(3), 207-221.
- Neuendorf, A. K. & Kumar, A (2015). Content analysis. In G. Mazzoleni (Ed.), *The International Encyclopedia of Political Communication*.
<https://academic.csuohio.edu/kneuendorf/vitae/Neuendorf&Kumar15.pdf>
- Nunes, L. S., Paula, L., Bertolassi, T., & Neto, A. F. (2017) A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. *Revista Ciências Exatas*, 23(1), 9-17.
- Pan, Z. & Kosicki, G. (1993). Framing analysis: An approach to news discourse. *Political Communication*, 10, 55-75. DOI: 10.1080/10584609.1993.9962963
- Pardo, N. (2007). *Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva Latinoamericana*. Frasis.
- Rayner, P., Wall, P., & Kruger, S. (2001). *AS media studies: An essential introduction*. Routledge.
- Reese, S. (2001). Prologue—framing public life: A bridging model for media research. In S. D. Reese, O. H. Gandy, Jr., & A. E. Grant (Eds.) *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 7-31). Routledge.
- Rhee, J. (1997). Strategy and issue frames in election campaign coverage: social cognitive account of framing effects. *Journal of Communication*, 47(3), 26–48. DOI:10.1111/j.1460-2466.1997.tb02715.x
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Sage.
- Robert, D., & Shenhav, S. (2014). Fundamental assumptions in narrative analysis: Mapping the field. *The Qualitative Report*, 19(38), 1-17. <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol19/iss38/3>
- Schreier, M. (2012). Qualitative content analysis. In Flick, U. (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data analysis* (pp. 170-183). Sage.
- Shannon, C. & Weaver, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. University of Illinois Press.
- Snow, D., & Benford, R. (1988). Ideology, frame resonance and participant mobilization. *International Social Movement Research* 1, 197–217.
- Van Dijk, T. A. (1990). Discourse & Society: a new journal for a new research focus. *Discourse & Society*, 1, 1, 5-16.

- van Dijk, T. A. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283.
- Van Dijk, Teun A. (1977). *Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. Longman.
- Van Leeuwen, T. (1993) Genre and field in critical discourse analysis: A synopsis. *Discourse & Society*, 4 (2), 193-223.
- Verloo, M., & Lombardo, E. (2007). Contested gender equality and policy variety in Europe: Introducing a critical frame analysis approach. In M. Verloo (Eds.), *Multiple meanings of gender quality: A critical frame analysis of gender policies in Europe* (pp. 21-49). Central European University Press.
- Vincent, R. (2000). A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo. *European Journal of Communication*, 15(3), 321-344.
- Wodak, R. (1997) (Ed.). *Gender and discourse*. Sage.
- Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação*. Editora Presença.